

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

DIREITO DO URBANISMO

Exame Escrito - TAN

Tópicos de Correção

Ano letivo 2025/2026

Duração máxima: 90 minutos

Responda em não mais do que 25 linhas às seguintes questões: (5 valores cada questão)

1. Descreva as principais fases do procedimento de aprovação de planos urbanísticos municipais, designadamente quanto à participação pública e aos pareceres obrigatórios.

- *a elaboração e apresentação do plano pelos órgãos municipais competentes*
- *a discussão pública obrigatória e a participação dos interessados*
- *a apreciação e resolução dos contributos apresentados*
- *os pareceres vinculativos (vg. Governo) e não vinculativos da administração*
- *a aprovação pela assembleia municipal*
- *a publicação no Diário da República e entrada em vigor*

2. Explique a distinção entre os diferentes sistemas de execução de planos urbanísticos e identifique os principais problemas que o regime preferencial de execução por iniciativa privada levanta na prática.

- *os sistemas de execução: imposição administrativa, cooperação e iniciativa dos particulares*
- *o carácter preferencial da iniciativa dos particulares no sistema urbanístico português*
- *os problemas de fragmentação da propriedade e consequente dificuldade de execução coordenada*
- *a questão do cumprimento de prazos de execução e a execução de infraestruturas*

- *os problemas de preservação de espaços verdes e equipamentos públicos*
 - *o papel subsidiário da execução por imposição administrativa*
3. Analise o regime do controlo prévio de operações urbanísticas, incluindo a licença, a comunicação prévia e o procedimento de informação prévia, realçando as diferenças quanto aos requisitos instrutórios e prazos.
- *a licença como regime de controlo prévio total (operações mais complexas/sensíveis)*
 - *a comunicação prévia como regime simplificado de controlo (operações de menor complexidade)*
 - *a comunicação prévia com prazo (alteração de uso sem obras)*
 - *o procedimento de informação prévia como requerimento não vinculativo (aconselhamento)*
 - *diferenças nos prazos de decisão e efeitos do silêncio administrativo (deferimento tácito)*
4. Caracterize os mecanismos de fiscalização sucessiva e de reposição da legalidade urbanística previstos nos artigos 102.º a 106.º do RJUE, incluindo o novo regime de legalização, embargo e demolição.
- *a obrigação de adotar medidas de tutela da legalidade urbanística (Artigo 102.º)*
 - *o embargo de obras como medida cautelar (Artigo 102.º-B)*
 - *a legalização de operações ilegais (Artigo 102.º-A)*
 - *a legalização voluntária e legalização oficiosa (limites e efeitos)*
 - *a determinação de trabalhos de correção/alteração como meio menos gravoso (Artigo 105.º)*
 - *a demolição e reposição do terreno como medida extrema (Artigo 106.º)*

Bom trabalho.

22.06.26